



II SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISAS EM PRISÕES

MEMÓRIA, CRIMINALIDADE E VIOLÊNCIA: INTERVENÇÕES EM INSTITUIÇÕES PRISIONAIS

ISSN: 2525-992X

GT 1 - Sistema Judiciário, militarização, desigualdade social

UM ESTADO QUE MATA: UM ESTUDO SOBRE A CORRELAÇÃO ENTRE A MILITARIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS E OS INDICES DE VIOLÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

Vinicius Ramos **Rigotti** – UNIRIO, viniciusrgtt@gmail.com

Lobélia **Faceira** – UNIRIO, lobelia.faceira@unirio.br

Resumo expandido

O presente trabalho se propõe a analisar como a militarização de territórios no Rio de Janeiro contribui para o aumento da violência e do estado de desamparo entre segmentos sociais historicamente marginalizados. Para alcançarmos essa empreitada, desenvolveremos dois eixos de estudo: o primeiro se deterá em desenvolver a estreita relação entre a militarização dos territórios e a destinação da precariedade a um determinado contingente de pessoas por meio de um processo bivalente, uma hora de segregação e um segundo momento de extermínio, com o avanço desenfreado das políticas neoliberais, sendo a militarização o braço que instrumentaliza a precarização da classe trabalhadora gerindo a miséria também por meio do direito penal e do sistema judicial, visto que é necessário um ambiente militarizado e autoritário para que haja a esperança de controle das massas insubmissas, ou por meio da prisão, da privação ou do extermínio, para nos auxiliar nessa incursão teórica nos utilizaremos principalmente de Wacquant (2007); Mbembe (2017); Lazzarato (2011); Zaffaroni (2007) e outros.

O segundo eixo de estudo buscará analisar se podemos intuir e averiguar uma correlação entre a militarização de territórios e o aumento ou diminuição da violência, para tanto nos debruçaremos brevemente sobre dois momentos: o primeiro consiste em analisar o impacto da decisão liminar concedida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 635, conhecida como ADPF das Favelas, que exigiu que operações em comunidades carentes do Rio de Janeiro somente fossem procedidas em casos absolutamente excepcionais, já o segundo momento, consiste em investigar alguns resultados da intervenção federal na

ORGANIZAÇÃO



APOIO



PROMOÇÃO



segurança pública do Estado do Rio de Janeiro que foi instituída pelo Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018 e findou-se em 31 de dezembro do mesmo ano.

Nesse sentido, a investigação aqui pretendida não busca determinar uma suposta eficácia das medidas autoritárias ou restritivas de direitos fundamentais como uma opção viável de combate ao aumento da violência, pelo contrário, buscamos investigar o processo de militarização, na perspectiva do modelo neoliberal, no contexto do Rio de Janeiro nos últimos dez anos, como um catalisador do processo de esgarçamento das políticas de bem estar social que buscaram promover a cidadania e diminuir a violência de formas diversas do enfrentamento armado.

Para tanto utilizaremos os referenciais teóricos anteriormente citados e revisão bibliográfica, além de consulta em livros, periódicos e, principalmente, em relatórios produzidos às respectivas épocas, com destaque para o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2018); levantamento realizado pelo Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense – GENI/UFF (2020); dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro – ISP-RJ (2020), sem prejuízo de outros relatórios produzidos nos auxiliem em elucidar a correlação anteriormente citada.

Entretanto é importante fazer um destaque, no primeiro eixo de estudos que pretendemos neste trabalho trataremos de forma mais estrutural como a militarização de territórios no contexto do Rio de Janeiro é utilizado como uma forma de controlar e exterminar determinados corpos que transitam por esses territórios, assim investigaremos também a correlação entre militarização e acesso à direitos fundamentais, de modo que investigaremos se territórios que tem maior incidência de operações policiais ou presença militarizada de pessoas ligadas ao crime organizado são territórios com maior ou menor índice de desenvolvimento, expectativa de vida e acesso aos direitos ditos universais dispostos na constituição brasileira em vigor. Esse destaque se faz importante diante das constatações imediatas que obtemos ao analisar o resultado dos trinta primeiros dias após a restrição das incursões policiais determinada na decisão liminar na ADPF 365, qual seja, a análise dos registros de ocorrências de autos de resistências do ISP (Instituto de Segurança Pública) durante todo o mês de junho de 2020 mostrou dez mortes cometidas por policiais na Baixada Fluminense, o que representa uma queda de 70% em relação ao mês de maio de 2020 e 75%, quando comparado a junho de 2019, logo inferimos que um

dos agentes que mais produz crimes contra a vida no Rio de Janeiro é o próprio Estado do Rio de Janeiro. Ademais, houvera também a redução de 78% das operações policiais do dia cinco de junho ao dia cinco de julho (primeiro mês após a referida decisão liminar), e nesse mesmo período, houve uma redução de 48% nos crimes contra a vida e uma redução de 40% nos crimes contra o patrimônio. Desse modo podemos chegar a um pensamento preliminar, que não pode ser tomado por conclusão definitiva, de que um dos maiores criminosos e viabilizadores do crime no Rio de Janeiro é o próprio Estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Violência. Militarização. Neoliberalismo. Sistema judicial. Cidadania.

Referências

BARBOSA, J. L.; SOUZA E SILVA, J. **As favelas como territórios de reinvenção da cidade.** Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, Rio de Janeiro, n. 1, fev. 2013.

BORGES, J. **O que é encarceramento em massa?** São Paulo: Editora Letramento, 2018.

DORNELLES, J. R. W. O sistema penal construindo a figura do inimigo: a criminalização dos pobres como estratégia hegemônica neoliberal. In: BITTAR, E.C.B.; TOSI, G. (Orgs.) **Democracia e educação em direitos humanos numa época de insegurança.** João Pessoa: Editora UFPB, 2008.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.** 2018. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Anuario-Brasileiro-de-Seguranca-2018.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2024.

LAZZARATO, M. **O governo das desigualdades:** crítica da insegurança neoliberal. São Carlos: EdUFSCar, 2011.

MBEMBE, A. **Políticas da inimizade.** Lisboa: Antígona, 2017.

WACQUANT, L. **Punir os pobres.** Rio de Janeiro: Revan, 2007.

ZAFFARONI, E. R. **O inimigo no direito penal.** Rio de Janeiro: Revan, 2007.